

Passagens



Passagens. Revista Internacional de História
Política e Cultura Jurídica

E-ISSN: 1984-2503

historiadodireito@historia.uf.br

Universidade Federal Fluminense
Brasil

Vazelesk, Vanderlei

FAZENDAS E QUARTÉIS. A QUESTÃO AGRÁRIA SOB ÓTICA MILITAR NO BRASIL E NO PERU:
(1961-1988)

Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, vol. 2, núm. 4, mayo-agosto,
2010, pp. 94-128

Universidade Federal Fluminense
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337327173006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

FAZENDAS E QUARTÉIS

A QUESTÃO AGRÁRIA SOB ÓTICA MILITAR NO BRASIL E NO PERU: (1961-1988)

**HACIENDAS Y CUARTELES: LA CUESTIÓN AGRARIA BAJO LA ÓPTICA
MILITAR EN BRASIL Y PERÚ (1961-1988)**

**HACIENDAS AND BARRACKS: THE AGRARIAN QUESTION ON THE MILITARY
PERSPECTIVE IN BRAZIL AND PERU (1961-1988)**

**LATIFUNDIA ET CASERNES : LA QUESTION AGRAIRE SOUS L'OPTIQUE MILITAIRE
AU BRÉSIL ET AU PÉROU (1961-1988)**

DOI: 10.5533/1984-2503-20102405

Vanderlei Vazelesk

RESUMO

Este trabalho discute a atuação dos regimes militares instaurados no Brasil (1964) e no Peru (1968) no que tange à implantação de leis de reforma agrária. São analisadas as razões pelas quais a legislação sobre redistribuição de terras foi aplicada no Peru, ao passo que no Brasil sua implementação ficaria restrita à política de modernização da agricultura. Reflete-se também sobre a emergência do movimento camponês, ocorrida nos anos cinquenta em ambos os países, e sobre o diálogo por ele estabelecido com as respectivas burocracias estatais durante as ditaduras militares, bem como sua atuação nos contextos de abertura política do início dos anos oitenta.

Palavras-chave: Burocracia estatal, trabalhadores rurais, Brasil, Peru.

RESUMEN

El trabajo discute la actuación de los regímenes militares establecidos en Brasil (1964) y en Perú (1968) respecto a la implantación de las leyes de reforma agraria. Se analizan las razones por las cuales la legislación sobre redistribución de tierras ha sido aplicada en Perú, al paso que en Brasil su aplicación quedaría restringida a la política de modernización de la agricultura. Además, se reflexiona sobre el surgimiento del movimiento campesino, ocurrido en los años cincuenta en ambos países, y sobre su diálogo con las respectivas burocracias estatales durante las dictaduras militares, así como su actuación en los contextos de apertura política a inicios de los años ochenta.

Palabras-clave: Burocracia estatal, trabajadores rurales, Brasil, Perú.

ABSTRACT

This work discusses the practices of the military regimes established in Brazil (1964) and Peru (1968) in what concerns the implementation of land reform laws. It analyzes the reasons why legislation on land redistribution was applied in Peru, while Brazil limited itself to implement policies to modernize agriculture. It then reflects on the emergence of peasant movements in both countries, in the 1950s, on the dialogue they established with the respective State bureaucracies during the military dictatorships, and on their action in the contexts of political opening, in the beginning of the 1980s.

Key words: State bureaucracy, rural workers, Brazil, Peru.

RÉSUMÉ

Ce travail discute l'action des régimes militaires instaurés au Brésil (1964) et au Pérou (1968) pour ce qui est de la mise en place des lois concernant la réforme agraire. L'on analysera, d'un côté, les raisons pour lesquelles la législation relative à la redistribution des terres a été appliquée au Pérou et, de l'autre, pourquoi sa mise en œuvre au Brésil a été restreinte et soumise à la politique de modernisation de l'agriculture. Par ailleurs, l'on propose une réflexion sur l'émergence du mouvement paysan, qui a eu lieu dans ces deux pays au long des années 1950, sur le dialogue que celui-ci a établi avec les bureaucraties

étatiques respectives durant les dictatures militaires et également sur sa participation aux contextes d'ouverture politique en cours au début des années 1980.

Mots-clés : Bureaucratie étatique, travailleurs ruraux, Brésil, Pérou.

Introdução

No dia primeiro de abril de 1964 os tanques do general Olímpio Mourão Filho chegavam à Guanabara, desfechando o golpe que depunha o presidente João Goulart. O movimento civil-militar era a expressão de uma ampla coalizão oposicionista, que reunia proprietários rurais, industriais, militares e um vasto setor médio, que se opunha tanto às reformas pregadas por Goulart, como ao amplo movimento reivindicatório que as mesmas inspiravam. Tal movimento congregava os operários do Comando Geral dos Trabalhadores, os camponeses que se articulavam em vários pontos do país, organizações estudantis e mesmo baixas patentes das forças armadas. A vitória da composição conservadora parecia exorcizar o fantasma de uma reforma agrária anunciada pelo presidente duas semanas antes, vista pela maior parte dos setores proprietários e médios, como a porta de entrada para a temida comunização do país. Entretanto, exatos oito meses depois do golpe, era aprovada por um congresso resistente uma lei de reforma agrária, que continha muitos dos dispositivos pregados no governo deposto.

Em 1968, os tanques do general Velasco Alvarado cercavam o palácio de governo e retiravam à força o presidente Fernando Belaunde Terry. O Peru aprovara em 1964 uma lei de reforma agrária bem mais moderada que a brasileira, mas não fora o problema agrário o principal detonante do golpe. Uma oligarquia agrária enfraquecida, com o poder político no parlamento, que não expressava seu poder econômico, denúncias de corrupção e um mau acordo com a International Petroleum Corporation seriam o rastilho de pólvora para o golpe que afastou o presidente. Belaunde, cinco anos antes, fora

praticamente posto no poder pelas forças armadas. ¹ Se o problema agrário não fora um fator imediato da crise, nove meses depois o regime militar peruano implantava uma lei de reforma agrária, que seria aplicada e acabaria reduzindo em muito o poder do setor oligárquico.

Se, no Brasil, como nos lembra Dreifus², o que estava em jogo, mais do que a derrota de um projeto socializante, era uma proposta de reordenação do sistema capitalista, que se buscava implantar sob inspiração dos intelectuais ligados ao IPES ³ no Peru, como recordam Contreras e Cueto⁴, o que se tentava era uma reorganização do capitalismo não associada aos grandes grupos econômicos internacionais, e mesmo chegava-se a falar em socialismo como meio para atingir-se o desenvolvimento do país, ainda que não fosse um socialismo nos moldes soviéticos .

Por que dois regimes de signos tão diferentes aprovariam pouco tempo depois de instalados leis de reforma agrária? Qual o diálogo que estabeleceram com movimentos camponeses, após a implementação de ditas leis de reestruturação fundiária? Qual o papel dos setores proprietários, que no Brasil foram tão importantes para a ascensão do movimento civil-militar ao poder e no caso peruano assistiram passivamente a queda de Belaunde? São reflexões que iremos desenvolver durante este trabalho. Comparar é de extrema utilidade, na medida que nos permite, através do olhar que lançamos ao outro, entender um pouco de nós mesmos.

¹ Fernando Belaunde Terry disputara as eleições de 1962 no Peru e as perdera para Victor Rau Haya de La Torre. A possibilidade de vitória deste detestado líder da Alianza Popular Revolucionaria Americana, que no passado fora identificado pelos militares ao comunismo e agora era associado à corrupção da antiga oligarquia, levou a uma intervenção militar, que anulou as eleições e as realizou em condições favoráveis a Belaunde. Cf. Cotler, Julio (2006). *Peru: Estado, Classe e Nação*, Brasília: Terceira Edição Fundação Alexandre Gusmão. p. 235.

² Dreifus, René Armand (1981). *1964: A Conquista do Estado*, Petrópolis: Vozes. p. 135.

³ Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, entidade civil que congregava, no início dos anos sessenta, intelectuais conservadores, empresários e militares da ativa e da reserva, que foi fundamental para a desestabilização de Goulart.

⁴ Contreras, Carlos; Cueto, Marcos (2007). *Historia del Peru Contemporaneo: Desde las luchas por la Independencia hasta el Presente*, Lima: Instituto de Estudios Peruanos. p. 249.

O texto divide-se em três momentos: Inicialmente discute-se a emergência dos movimentos camponeses em ambos países na década de cinquenta e os respectivos papéis nas crises, que levaram a derrocada de Goulart e Belaunde. Posteriormente, aborda-se os respectivos projetos militares para a questão agrária em cada sociedade e, dentro de nossas possibilidades, sua relação com os setores proprietários e principalmente trabalhadores rurais. Por fim, reflete-se sobre a participação das organizações de trabalhadores nos contextos de crise dos respectivos regimes militares.

É uma abordagem inicial, que acreditamos ser extremamente importante para perceber um pouco melhor as semelhanças e diferenças entre duas sociedades a um tempo vizinhas e desconhecidas entre si, possibilitando ao leitor um primeiro olhar em relação às respectivas estruturas agrárias, desde uma perspectiva comparada.

Questão Agrária e Segurança Nacional: a Emergência dos Movimentos Camponeses

Quando Fidel Castro e seus guerrilheiros conseguiram estabelecer sua base na Serra Maestra, utilizaram a reforma agrária como uma das principais bandeiras para atrair o apoio dos elementos rurais, que se uniram à ampla frente que derrotou Fugencio Batista. Rapidamente, o novo governo realizou a reforma agrária, que foi, recordemos, um dos principais focos de tensão com o governo de Eisenhower⁵.

Com a chegada de Kennedy ao poder (1961), a reforma agrária começa a ser percebida como uma espécie de vacina contrarrevolucionária, pois mostraria ao campesinato a possibilidade de sair das duras condições em que vivia, sem apoiar movimentos disruptivos. Logo, a Aliança para o Progresso pregada pelo governo americano em uma conferência em Punta Del Este (Uruguai), no mesmo ano da posse de Kennedy, definiu a necessidade de reformas agrárias em toda América Latina, como mecanismo de superação do subdesenvolvimento⁶. Embora, como recorda a autora, pouco de efetivo se fizesse para apoiar financeiramente a realização de reformas

⁵ Ayerb, Luiz Fernando (2003). *A Revolução Cubana*, São Paulo: UNESP. p. 58.

⁶ Pecequilo, Cristina Soriano (2003). *Política Externa dos Estados Unidos: Continuidade ou Mudança?*, Porto Alegre: UFRGS. p. 215.

agrárias, especialmente após o assassinato de Kennedy (1963), aqueles que as defendiam tinham agora uma possibilidade para desatrelar reforma agrária de comunismo, podendo perceber esta saída como uma alternativa dentro dos marcos capitalistas.⁷ Os defensores da reforma agrária nestas condições poderiam perfeitamente identificá-la como um meio de contenção dos movimentos camponeses, que, pelo menos nos dois países por nós analisados, começavam a ganhar importante dimensão desde a década de cinquenta.

No Brasil, as primeiras décadas do século XX seriam marcadas muito mais por movimentos tidos como messiânicos (Canudos, Contestado), em que os trabalhadores, movidos por um fervor religioso, mas também tentando romper com as estruturas locais de poder, organizaram comunidades, que resistiam ao controle oligárquico.

O governo de Vargas, instalado a partir de 1930, ainda que não tenha conseguido alterar a estrutura agrária, face à resistência do setor proprietário, procurou fazê-lo, fosse via esforços para a implantação da legislação trabalhista, fosse via colonização com pequenos proprietários. Ainda que sejam raros nesse período os vestígios deixados por um incipiente sindicalismo agrário, lembremos que a propaganda varguista ecoou nos meios rurícolas. A resposta é uma grande quantidade de cartas em que trabalhadores solicitavam desde uma enxada até o pedido para retornar à terra de onde tinham sido expulsos⁸. Lentamente, ia-se desenvolvendo uma cultura de direitos no meio rural. É certo que não podemos atribuir apenas à propaganda varguista esta inovação. O fato é que o roceiro começava a perceber que havia um poder maior que o do proprietário rural a quem se podia apelar.

⁷ Embora a versão mais conhecida do apoio de Kennedy a uma reforma agrária na América Latina esteja relacionada à noção de que ela impediria revoluções, existem pontos de vista distintos. Luis Gamarra Otero, que na década de 1960 era presidente da Sociedade Nacional Agrária, entidade representativa de proprietários rurais peruanos, avalia a possibilidade de grupos ligados ao partido Democrata nos Estados Unidos temerem a concorrência de produtos latino-americanos naquele país e, portanto, defenderem a reforma agrária como meio de desestruturar a produção agrícola dos países competidores. Cf. Otero, Luiz Gamarra (2008). "Um Testemuño Personal". In *Cáceres Vegas, Iliana – A 38 Años de La Reforma Agrária*, Lima: Fundación José Manuel Bustamante de La Fuente.

⁸ Ribeiro, Vanderlei Vazelesk (2008). *Cuestiones Agrárias en el Varguismo y El Peronismo*, Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, p. 240 e Dezemone, Marcus (2008). *Do Cativoiro à Reforma Agrária: Colonoato, Direitos e Conflitos (1872-1987)*, Niterói, UFF, tese de doutorado, p. 25.

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, o recém-legalizado Partido Comunista Brasileiro procurou organizar ligas camponesas, que se destacaram no Rio de Janeiro, Goiás e Pernambuco. A queda do PCB na ilegalidade, em 1947, contribuiu para o desmonte do trabalho iniciado, mas as ligas seriam retomadas na segunda metade dos anos cinquenta. O advogado Francisco Julião, que por muitos anos trabalhou na defesa de arrendatários que eram expulsos por seus patrões, auxiliaria na organização da célebre Sociedade Agrícola dos Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco no Engenho Galiléia, em 1955. Esta seria apenas a primeira de uma miríade de entidades que se desenvolveriam especialmente em Pernambuco e na Paraíba, mas que atrairiam a atenção nacional para o Nordeste, no início dos anos sessenta.

O Partido Comunista criara, em 1953, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), que buscava apoiar a sindicalização rural e garantir a redução do preço dos arrendamentos, bem como lutar contra a expulsão dos arrendatários.

A Igreja Católica, temerosa do avanço comunista, começou a organizar, através da Ação Católica Rural, grupos que visavam ao mesmo tempo evangelizar os trabalhadores, impedindo sua filiação ao comunismo e propondo algum tipo de alteração na estrutura fundiária, embora sem definir muito bem que tipo de alteração seria esta⁹.

Enquanto isso, setores ligados ao exército começavam a perceber a questão agrária como potencialmente perigosa. Militares já haviam participado no enfrentamento do confronto em Francisco Beltrão no Paraná (1957) e acompanhado com apreensão o confronto de Trombas e Formoso, no norte de Goiás, entre 1955 e 1956¹⁰. A presença, real ou imaginada, do Partido Comunista nestas regiões transformava, do ponto de vista de muitas lideranças militares, a questão agrária num problema a ser equacionado. Não

⁹ Medeiros, Leonilde Sérvulo (1989). *História dos Movimentos Sociais no Campo*, Rio de Janeiro: Fase, p. 45 e Sales, Carmem Lucia Gomes de (2008). *Estatuto da Terra: Origem e (Des)caminhos da Proposta de Reforma Agrária nos Governos Militares*, Assis: UNESP, tese de doutorado, p. 53.

¹⁰ Tanto o conflito de Francisco Beltrão como o de Trombas e Formoso significaram a luta de posseiros contra grileiros e o movimento goiano contou com o apoio do Partido Comunista.

havia os comunistas tentando, em 1948, transmutar o enfrentamento entre posseiros e grileiros na ainda hoje pequena Porecatu (PR) no foco inicial da revolução brasileira?¹¹

O impacto da revolução cubana pode ter contribuído para a radicalização de alguns setores das ligas camponesas¹² e, em 1961, o Primeiro Congresso Camponês do Brasil, realizado em Belo Horizonte, se transformaria no brado “Reforma Agrária na lei ou na Marra”! A voz de Francisco Julião galvanizou o congresso e as teses do PCB, representadas na Ultab, no sentido de se regulamentar contratos de arrendamento, bem como de regulamentar o trabalho rural, foram derrotadas pelas de reforma agrária massiva. Vale salientar que, nesse momento, os movimentos sociais agrários não se limitavam ao açucareiro Pernambuco. No Rio Grande do Sul, contando com o respaldo do governador Leonel Brizola, o Movimento dos Agricultores sem Terra (Máster) realizava acampamentos e conseguia progressivamente a conquista da terra. Em São Paulo, assalariados executavam greves para obrigar o patrão a pagar o salário. No Rio de Janeiro, com o apoio do deputado Tenório Cavalcante, posseiros resistiam à expulsão na Baixada Fluminense.

Se o congresso de trabalhadores significou alerta máximo para o setor proprietário, com a expressão de Josafá Macedo, um dos dirigentes da Federação da Agricultura Mineira – “*Fiquei muito impressionado com o que vi no congresso*”¹³ –, aqueles que viam na reforma agrária um meio de evitar a revolução começavam a perceber que o momento de agir estava próximo. Ainda mais que, paralelamente ao movimento rural, surgia a proposta de reforma agrária do presidente João Goulart, que em 1963 apresentaria o projeto de redistribuição de terras, a partir da desapropriação mediante pagamento em títulos da dívida agrária.

¹¹ Martins, José de Souza (1984). *A Militarização da Questão Agrária*, Petrópolis: Vozes, p. 35.

¹² Houve setores dissidentes das ligas que imaginaram a possibilidade de aproveitar o crescimento da mobilização agrária como foco inicial da revolução socialista, contando mesmo com o apoio cubano. Rolemberg sustenta que se detectou em novembro de 1961 um campo de treinamento em Pirinópolis, Goiás, com armamentos vindos de Cuba. Cf. Rolemberg, Denize (2001). *O Apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil: o Treinamento Guerrilheiro*, Rio de Janeiro: Mauad. p. 23.

¹³ Starlin, Heloísa Maria Murgel (1985). *Os Novos Inconfidentes: os Senhores das Gerais*, Belo Horizonte: UFMG, p. 178.

Se a proposição janguista era bombardeada no parlamento, grupos conservadores ligados ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais buscavam construir uma alternativa de reforma agrária. Num momento em que nem mesmo os líderes da Confederação Rural Brasileira falavam contra a redistribuição de terras, parecendo discutir apenas o modo de efetivá-la, homens como o engenheiro Paulo Assis Ribeiro começavam a elaborar um projeto que mais tarde influenciaria o Estatuto da Terra. Ribeiro trabalhara junto ao Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás, e seu projeto previa muito mais a colonização no norte do Estado do que a desapropriação. Como veremos, esta linha, não sem resistência, acabaria vitoriosa.¹⁴

Enquanto as ocupações de terras, as greves no setor açucareiro e a articulação dos grupos ligados ao sindicalismo rural se desenvolviam, na luta agora pela organização da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, o IPES organizava uma ampla coalizão opositora, que unia segmentos descontentes das camadas médias, industriais, militares e os atemorizados setores proprietários rurais. Seu temor exacerbou-se quando, a 13 de março de 1964, o presidente João Goulart assinou, no famoso comício da Central, o decreto que desapropriava as terras às margens das rodovias e ferrovias federais. Era o começo da comunização, do confisco, do caos. A Marcha da Família com Deus, realizada seis dias depois em São Paulo, deu o respaldo civil ao movimento militar e, em 1º de abril, João Goulart partia para o exílio no Uruguai.

O movimento camponês seria derrotado, seus principais líderes presos, exilados e alguns mortos, mas a questão agrária não sairia da ordem do dia¹⁵.

No caso peruano, embora a década de cinquenta seja fundamental para entendermos a intervenção militar na questão agrária, pode-se afirmar que os conflitos pela posse da terra entre fazendas e as comunidades indígenas remontam ao tempo da independência. Bolívar, quando governava o Peru, aboliu o tributo indígena, mas também arrebatava às comunidades a propriedade da terra, que fora garantida pelo governo colonial espanhol, pois o libertador imaginara os indígenas como proprietários individuais.

¹⁴ Sobre a atuação de Paulo Assis Ribeiro junto aos projetos agrários do governador Mauro Borges, veja-se, apenas a título de exemplo, Projeto de Combinados Agrourbanos: In: Arquivo Nacional, Fundo Paulo Assis Ribeiro, Caixa 20.

¹⁵ Medeiros, Leonilde Sérvulo (1989). Op. Cit, p. 93.

Com as finanças enfraquecidas, o governo posterior restabeleceu o tributo e as comunidades tiveram maior garantia para a propriedade da terra. O governo Ramon Castilla (1854-1862), em melhores condições devido aos recursos obtidos com a extração do guano, aboliu o tributo indígena. Mas o fim do tributo possibilitou aos grandes “hacendados”, fossem os barões do açúcar na costa, fossem pecuaristas na serra, avançar contra as terras comunais. Assim, as últimas décadas do século XIX seriam fortemente marcadas pela expropriação das comunidades, bem como pela resistência, muitas vezes armada, a esta expropriação¹⁶.

Nas primeiras décadas do século XX, ocorreram greves em fazendas açucareiras de Piura, ao mesmo tempo em que nas zonas serranas eclodiam movimentos contra a perda de terras pelas comunidades ou mesmo a luta contra a cobrança de impostos por parte dos proprietários locais, os “gamonales”¹⁷. Em 1916, seria criado o primeiro sindicato rural em Ica, sob a liderança de Hipólito Peves Oliveros, que seria mais tarde o histórico dirigente da Confederación Campesina Del Peru. A década de 1920 assistiu a cerca de oitocentos protestos camponeses, destacando-se o de Uancané, em 1923, quando as lideranças rurais chegaram a controlar a cidade. No ano anterior, seria criada a Federación General de Yanaconas y Campesinos Del Peru. Mar e Mejía¹⁸ lembram que não existem provas de uma aliança entre operários açucareiros da costa e camponeses serranos, durante esse período. Esta desconexão deve-se ao fato das limitações geográficas do país¹⁹, bem como a pesada repressão, que, por exemplo, deixaria Peves Oliveros, presidente da Federação de Yanaconas, encarcerado entre 1924 e 1927.

¹⁶ Demelas, Marie Danielle (2003). “Estado y Actores Colectivos: El Caso de Los Andes”. In: Anino, Antonio; Guerra, François Javier (2003). *Inventando La Nación*, México: Fondo de Cultura Económica, p. 275.

¹⁷ Os “gamonales” são o equivalente peruano do coronel brasileiro, chefe político de uma determinada região, especialmente na zona andina, que dispunha de poder de vida e morte sobre seus trabalhadores, prevalecendo o sistema de “yanaconaje”, que corresponde ao trabalho gratuito realizado durante vários dias do mês para o patrão. Sobre as lutas das primeiras décadas do século XX, cf.: “Informe Central Al III Congreso de La Confederación Campesina del Peru, 5, 6 e 7 de maio de 1970”, In *Voz Campesina*, No. 1, Ano 25, março de 1972, p. 3-5.

¹⁸ Mar, José Matos; Mejía, José Manuel (1980). *La Reforma Agrária en el Peru*, Lima: Instituto de Estudios Peruanos.

¹⁹ O Peru está dividido em Costa, Serra e Selva, e com os meios de transporte da época, era extremamente difícil a comunicação entre os diversos pontos do país.

Na década de 1930, o movimento camponês perderia substância, posto que a repressão, aliada à crise econômica, o desmobilizaria, mas, ao fim da Segunda Guerra Mundial, seria reestruturado. E em 1947 seria criada, sob o influxo do Partido Comunista, dos socialistas e apristas, a Confederación Campesina Del Peru (CCP).²⁰ Atuando em princípio ao lado da Federación de Yanacunas, os líderes procuravam estimular a sindicalização, mas, no ano seguinte, um golpe militar liderado pelo general Manuel Odría desencadeou forte repressão tanto contra as atividades do APRA, quanto contra o movimento sindical camponês. A ditadura, que durou até 1956, assistiria ao seu final à emergência de conflitos novos e de organizações que procuravam canalizar as insatisfações de vários setores sociais.

Nas cidades, fazendo concorrência ao PARA, surge a ação popular de Belaunde Terry e, pouco tempo depois, partidos como o Movimento Social Progressista ou o Democrata Cristão²¹. E nos campos começa a desenvolver-se um forte movimento reivindicativo.

Na costa açucareira, estimulados pelo APRA, que há décadas apoiava a formação de sindicatos nos engenhos os trabalhadores realizavam greves e formavam sindicatos. Nos departamentos serranos de Cuzco e Pasco e mesmo no costeiro departamento de Piura, comunidades indígenas retomavam terras que perderam para as fazendas sob o influxo da CCP, que se fundira com a antiga Federación de Yanacunas. Toda esta movimentação levava o governo eleito de Manuel Prado (1956-1962) a criar a Comisión para La Reforma Agraria y La Vivenda. Após três anos, a comissão elaboraria um projeto

²⁰ Salgado, Carlos Monge (1989). *Agremiación en El Campo Peruano. La Historia de La Confederación Campesina*, Lima: Latin-American Studies Association. Cf. ainda "Informe al Tercero Congreso de la Confederación Campesina del Perú". In: *Voz Campesina*, Março de 1972, no. 1, Ano 25, p. 8-21. Vale salientar como as diferentes memórias conformaram a história contada por dirigentes da *Confederación Campesina del Perú*. No Informe citado, a presença aprista nos primeiros tempos é escamoteada em favor dos comunistas. Atualmente, observo em entrevista que realizei com Jorge Prado, secretário-geral da CCP, em 16 de julho de 2009, em Lima, também essa presença é escondida em favor de uma dita autonomia camponesa. Cf: Ribeiro, Vanderlei Vazelesk. "Confederación Campesina del Perú: uma Aproximação". Trabalho inserto nos anais eletrônicos das *VI Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrários y Agroindustriales*, realizadas entre 11 e 13 de novembro de 2009 na Universidade de Buenos Aires. Sobre a presença aprista nas áreas rurais açucareiras da costa peruana ao fim da segunda Guerra, cf.: Burenus, Charlot (2001). *Huando: Testimonio de um Fracaso: Habla El Sindicalista Zózimo Torres*. Lima, DESCO.

²¹ Cotler, Julio (2006). Op. Cit, p. 197.

que pouco falava em desapropriação, posto que se pensava mais em garantir a estrutura vigente no país, limitando-se a reconhecer o direito de as comunidades reaverem suas terras, embora lhes dessem poucas garantias de retomada.

Enquanto isso, no plano sindical, a CCP ganhava um concorrente, sendo organizada a Federación Nacional de Campesinos del Peru (Fencap), sob forte influência aprista, atuando especialmente junto ao setor açucareiro. Em 1961, crescia o movimento sindical em Cuzco e os yanaconas realizavam uma greve geral.

No ano seguinte, ano eleitoral, tanto a Fencap como a CCP realizaram congressos. O padrão de greves na costa açucareira, acompanhado de ações das comunidades retomando as terras, marcava uma ascensão do movimento camponês, embora não houvesse perspectiva de unificação, devido às diferenças ideológicas entre os dirigentes das entidades.

Os da Fencap ligavam-se umbilicalmente ao APRA e pareciam mais interessados em medidas de melhoras nas condições dos assalariados, enquanto os da CCP, nesse momento muito influenciados pelo maoísmo, sustentavam a necessidade de uma reforma agrária, existindo entre os dirigentes da entidade aqueles que só aceitavam discuti-la após a revolução socialista. De todas as mobilizações daquele ano, a que mais chamaria atenção seria a liderada por Hugo Blanco na serra. Os sindicatos da Provincia de la Convención, departamento de Cuzco²², realizavam ocupações de terra, expulsando os gamonales e realizando aquilo que dirigentes da CCP chamariam mais tarde de recuperação confiscatória, pois se associaria rapidamente à ideia de ocupação a de tomada pelos camponeses das comunidades das terras usurpadas pelas fazendas.

Num ano eleitoral, a reação militar combinava repressão e cooptação. Vale salientar que o processo eleitoral foi suspenso ante a iminente vitória do APRA. Por mais que Haya de la Torre tentasse mostrar não ser mais o antigo líder socialista dos anos trinta, o fato é que o seu nome gerava fortes resistências na cúpula militar. Essa resistência não se dava mais pelo antigo temor de ter sido o APRA a organização que incentivara marinheiros a se sublevarem em 1931 e 1948. A resistência agora vinha de um setor reformista dentro do exército, que, articulado no Centro de Altos Estudios

²² O Peru está dividido em departamentos, que por sua vez estão subdivididos em províncias e estas em distritos.

Militares²³, agora entendia que o país necessitava de reformas, inclusive agrária, para poder industrializar-se e defender-se de ameaças externas e internas. No passado, Haya fora o temido revolucionário, agora era visto como alguém que se aliava aos Estados Unidos e à arcaica oligarquia para chegar ao poder. Enquanto impedia a posse do aprista, a Junta Militar de Governo procurava realizar algumas distribuições de terras, ao mesmo tempo em que líderes como Hugo Blanco eram presos e outros, assassinados.²⁴

Os líderes do CAEM começaram a temer pela possibilidade de que as greves açucareiras na costa, associadas aos levantes camponeses nas zonas andinas, pudessem ser o estopim da revolução. Como seus homólogos brasileiros, temiam que do campo viesse a guerrilha foucaultiana, que se esparramaria por todo o país a partir dos pequenos focos. Não fora assim na Argélia, que se libertara da França, não começava a ser assim na África Portuguesa, como lembrava em depoimento ao CPDOC o general Octávio Costa? A revolução poderia perfeitamente bem desencadear-se a partir de pequenos movimentos rurais. Era preciso contê-los. Por isso, a Junta Militar de Governo, ao entregar o poder a Belaunde Terry, finalmente eleito em 1963, tinha decretado as bases para uma reforma agrária.

A repressão fez diminuir as ocupações de terra, mas a noção de que a estrutura agrária peruana precisava ser reformada ganhava corpo entre os setores médios, e capturava a atenção das principais lideranças políticas do país. Assim, em fevereiro de 1964, o parlamento aprovava uma lei de reforma agrária que, ainda que estabelecesse um limite a partir do qual as terras poderiam ser desapropriadas e reconhecesse, em tese, o território das comunidades camponesas, organizava um processo extremamente lento para a adjudicação de terras.

Além do mais, a oposição que a aliança entre partidários do APRA e de Manuel Odría faziam às medidas de Belaunde no parlamento, negando recursos orçamentários para aplicação de dispositivos legais (desapropriações, cadastros, etc.) levaram ao virtual colapso do processo no período 64-68. Desta forma crescia a descrença nos meios castrenses e, principalmente, no campesinato, de que pudesse ocorrer uma reforma agrária, dentro dos limites da restritiva democracia peruana.

²³ Esta entidade era um centro preparatório de oficiais similar à Escola Superior de Guerra no Brasil.

²⁴ Contreras, Carlos; Cueto, Marcos (2007). Op. Cit, p. 235.

Além do mais, o que os líderes do CAEM tanto temiam finalmente ocorreu, pois justamente em La Convención eclodiram as ações guerrilheiras do Movimiento de Izquierda Revolucionaria e do Ejército de Liberación Nacional. Embora os movimentos armados tenham sido derrotados facilmente, parecia claro para muitos setores no exército, que aquela era apenas uma primeira fase da luta, e que era preciso impedir a emergência de novos focos de contestação no meio agrário.

Como no Brasil dos primeiros meses de 1964, desenvolvia-se a noção de que não bastava reprimir protestos rurais, mas era preciso fazer algo em relação a uma estrutura, que exportava pouco e não atendia ao mercado interno. Embora o problema agrário não tenha sido um dos fatores que desencadearam o golpe, como no caso brasileiro, os planejadores militares peruanos provavelmente o tinham bastante em conta.

De acordo com García²⁵, como causas imediatas estavam a crise econômica, a veia nacionalista atingida com a perda da Ata de Talara,²⁶ e principalmente o desgaste das tradicionais oligarquias agrárias que, ainda que ocupassem o parlamento, já não atendiam a reclamos como de setores da indústria ou dos trabalhadores, ficando isolada. Havia também o perigo da volta de Haya de la Torre, o septuagenário, que poderia vencer as eleições previstas para 1969²⁷.

Desta maneira, quando o golpe foi desfechado contra Belaunde, poucos grupos saíram às ruas para defender não o governo, que já não contava com possibilidades de apoio, mas pelo menos a frágil democracia peruana.

Assim, os militares que agora empalmavam o poder desenvolveriam um projeto nacional, que teria características distintas do modelo anterior, ainda muito calcado na extração mineira, na pesca, na agricultura para a exportação. Aqui a reforma agrária ganharia extrema relevância.

²⁵ García, Henry Pease (1986). *El Ocaso Del Poder Oligárquico*, Lima: Desco, p. 41.

²⁶ A Ata de Talara era um documento assinado entre a International Company Petroleum e o governo peruano, garantindo indenizações que a empresa pagaria ao governo após a nacionalização. A versão mais conhecida é a de que o governo teria “perdido” a última página do contrato.

²⁷ “Golpe Militar no Peru”. In *O Estado de S.Paulo*: 4 de outubro de 1968: 4, 12.

Reforma Agrária e Regime Autoritário: a Política Fundiária e os Projetos Militares

Já em maio de 1964, enquanto sindicatos de trabalhadores sofriam intervenções e lideranças eram presas, o governo de Castelo Branco organizou o Gret (Grupo de Trabalho para o Estatuto da Terra), que deveria efetivar discussões a respeito da realização de uma reforma agrária, dando-lhe um caráter técnico, como se dizia, evitando as mobilizações camponesas do período anterior. Rapidamente delinear-se duas posições no interior do Gret: de um lado aquela defendida por Paulo Assis Ribeiro, que sustentava ser a tributação progressiva sobre áreas não utilizadas a melhor forma para obter terras para a reforma agrária, e de outro a esgrimida por José Gomes da Silva, que afirmava ser a desapropriação sobre espaços não cultivados, o melhor mecanismo, pois atenderia rapidamente a massa camponesa, que reivindicava o acesso à terra²⁸.

Havia também aqueles que, mais ligados ao IPES de São Paulo, contestavam a necessidade de realização de qualquer reforma na estrutura fundiária. Quando veio a público, em julho, a notícia do projeto governamental, expressa na convocação do seminário de secretários estaduais de Agricultura para um encontro em Viçosa (MG), a reação foi vigorosa por parte dos opositores à proposta. Aqui nota-se um padrão que já observei em minhas pesquisas em relação ao diálogo entre entidades patronais agrícolas e o Estado, durante os governos de Getúlio Vargas: os líderes da Sociedade Rural Brasileira simplesmente se recusaram a comparecer ao encontro, enquanto os dirigentes da Sociedade Nacional de Agricultura compareceram, e procuraram interferir nas decisões nele elaboradas.

Conforme Sales²⁹, tudo era questionado no estatuto, desde o grupo que o elaborara até o nome do diploma legal a ser implantado. A desapropriação com pagamento em títulos da dívida agrária era considerada confiscatória, o cadastro de terras previsto para que se pudesse organizar as desapropriações era uma forma também de confisco e principalmente não se devia discutir política agrária, mas uma política agrícola, que modernizasse a estrutura, não da tenência da terra, mas da prática agrícola, através da técnica.

²⁸ Landin, Regina Ângela Bruno (1995). "Estatuto da Terra: Entre a Conciliação e o Confronto". In *Revista Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: UFRRJ. p. 12.

²⁹ Sales, Carmem Lucia Gomes de (2008). Op. Cit, p. 138.

O projeto sofreu então várias alterações³⁰. A política agrícola ganhava maior peso, o imposto territorial previsto para 0,5% baixaria para 0,2% e não ficaria com a União e sim parte com os estados e outra com os municípios onde fosse arrecadado. O proprietário cuja terra fosse declarada latifúndio teria, como queriam os dirigentes da Sociedade de Agricultura, três anos para adaptar-se aos novos regulamentos. Mesmo assim, no congresso, quando a proposta foi enviada em outubro, as resistências não seriam menores. O deputado Abel Rafael, do Partido de Representação Popular, que tinha origem na Ação Integralista exclamava: “*Seria melhor ir buscar o senhor João Goulart, pois ele faria esta reforma com mais autenticidade*”³¹.

Na UDN, a resistência do deputado Bilac Pinto era extremada, defendendo que não era necessária a redistribuição de terras, pois desorganizaria a produção e o melhor era aceitar o êxodo rural, para que a indústria e os serviços absorvessem a mão de obra vinda do campo. Um dispositivo implantado logo após o golpe militar, que dava ao congresso um prazo máximo de trinta dias para discutir as mensagens presidenciais, facilitou a aprovação do Estatuto da Terra. A Mensagem 33 fora encaminhada em outubro. Já em novembro, a emenda X, permitindo ao governo pagamento em títulos da dívida agrária para desapropriações de terras, e o Estatuto da Terra eram aprovados.

O estatuto, pela primeira vez no Brasil, definia o que era latifúndio, por dimensão (seiscentas vezes o módulo fiscal de uma determinada região) ou por inexploração, de acordo com as condições de cada área³². Previa-se a realização de desapropriações em áreas de tensão social com altos índices de parceiros e arrendatários, e os beneficiários seriam organizados em cooperativas integrais de reforma agrária. O modelo imaginado era de uma empresa rural tecnificada, fosse para o latifundiário que se modernizasse fosse para novas áreas cooperativizadas. O estatuto preconizava antes do início das desapropriações a realização de um cadastro das terras, num país que jamais o fizera, pois era funcional para os grandes apossadores de terras desde o século XIX não

³⁰ Ramos, Carolina (2006). *Sindicato Patronal Rural e Reforma Agrária no Brasil: uma análise da atuação da Confederação Nacional de Agricultura frente às políticas governamentais voltadas para a questão fundiária (1961-1970)*, Niterói: UFF, Dissertação de Mestrado, p. 139.

³¹ Sales, Carmem Lucia Gomes de (2008). Op. Cit, p. 153.

³² Medeiros, Leonilde Sérvulo (1989). Op. Cit, p. 87.

demarcar seus limites a fim de continuar avançando sobre novas áreas³³. O estatuto não tinha nenhuma palavra sobre a apropriação ilegal por grandes possuidores de terras públicas (grilagem), que poderia ter sido um meio de arrecadação de terras. Os grileiros, como nas observações de Márcia Motta, continuavam com um expressivo poder político, não só em nível de sua região, mas também no plano do poder central.

Eram criados dois órgãos: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), para efetivar as políticas referentes à reforma, como o cadastro de terras, as desapropriações e a organização das cooperativas de parceiros; e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), para efetivar políticas agrícolas, como eletrificação, estímulo à comercialização, aperfeiçoamento técnico, etc. Rapidamente o processo de reforma agrária seria esvaziado, mas o estatuto não seria esquecido.

Se no Brasil houve um amplo debate público (excluindo-se os trabalhadores) acerca da aprovação de uma lei de reforma agrária nos primeiros meses do regime militar, o mesmo não parece ter-se dado no país vizinho. No Peru, as atenções iniciais do governo não pareciam voltadas para a questão agrária, mas sim para companhias de petróleo. Assim, a Ata de Talara foi anulada uma semana após o golpe, e logo depois as instalações petrolíferas seriam ocupadas militarmente. Pouco tempo depois seria estatizada a tradicional Serro de Pasco Corporation, antiga mineradora de cobre daquele departamento.

Contudo, a noção de que o governo deveria realizar rapidamente uma reforma agrária estava presente nos escalões superiores da burocracia estatal, pois tratava-se de ganhos econômicos e políticos. Econômicos, porque seria uma ampliação do mercado interno, para a recente indústria em expansão. O governo militar procuraria realizar três décadas depois dos vizinhos a substituição de importações³⁴. Para tanto era preciso aumentar a produção para uma Lima que crescia, enquanto os novos produtores consumiriam o que a indústria tivesse para oferecer. Ganhos políticos, porque efetivamente a reforma agrária, bandeira em mãos de amplos setores sociais, seria agora importante instrumento para consolidação do regime recém-instalado.

³³ Motta, Marcia Maria Menendes (2001). *Nas Fronteiras do Poder*, 2ª Ed., Rio de Janeiro: Record, p. 112.

³⁴ Contreras, Carlos; Cueto, Marcos (2007). *Op. Cit.*, p. 235.

Não por acaso, o decreto de reforma agrária foi assinado no dia do índio (24 de junho de 1969), um dia depois de ocorrerem manifestações antigovernamentais em Huanta, Departamento de Ayacucho.³⁵

A reforma afetaria amplas áreas do país: cinquenta hectares na Costa e trinta hectares na Serra eram os limites a partir dos quais a terra poderia ser expropriada. A presença de relações de Yanaconaje seria também um fator determinante para a expropriação. As propriedades seriam pagas em títulos da dívida agrária, mas, como na legislação brasileira, as benfeitorias seriam restituídas em dinheiro. Poderia resgatar mais rapidamente seu bônus o expropriado que investisse em indústrias, embora, conforme Barrantes³⁶, o clima econômico ficaria pouco favorável a investimentos privados num contexto de insegurança jurídica.

O processo de expropriação foi relativamente rápido: Conforme Mar e Mejía³⁷, em sete anos de reforma agrária, nove milhões de hectares tinham sido adjudicados a centenas de milhares de famílias, correspondendo a um terço da área total cultivável do país. Como fora possível que a oligarquia agrária não resistisse duramente ao processo expropriatório? Esta pergunta ainda precisa ser melhor refletida. Para García³⁸, o processo de reforma agrária foi efetivado num momento em que os grupos tradicionais encontravam-se extremamente fragilizados. Na Costa, os setores açucareiro e algodoeiro não encontravam mercado mundial para os seus produtos. Nas áreas serranas, os pecuaristas, embora desfrutassem ainda de poder político em nível regional estavam extremamente dependentes dos setores comerciais. Já de acordo com Otero³⁹, teria faltado maior coesão à camada proprietária, a qual teria se preocupado muito pouco em defender a estrutura agrária coletivamente, cada um imaginando que não seria atingido pela reforma.

³⁵ Em 22 de junho ocorreram protestos, que envolveram estudantes universitários ligados ao APRA nessa localidade, resultando em quatro mortos. Cf. *Reunião de 23 de Junho de 1969*. In: *Extratos de Atas del Gobierno Militar (1968-1975)*. Ministério de Información, Pontificia Universidad Católica del Peru, Volume VI, Junho de 1969.

³⁶ Barrantes, Roxana (2008). Op. Cit, p. 133.

³⁷ Mar, José Matos; Mejía, José Manuel (1980). Op. Cit, p. 278.

³⁸ García, Hanry Pease (1986). Op. Cit, p. 215.

³⁹ Otero, Luiz Gamarra (2008). Op. Cit, p. 201.

A forma de organização do setor agrário reformado correspondia a um complexo sistema cooperativo controlado pelo Estado. Destacavam-se as cooperativas agrárias de produção, pensadas para atender aos trabalhadores dos complexos agroindustriais, onde gerentes nomeados pelo Estado administrariam as novas unidades. Por outro lado, haveria as Sociedades Agrícolas de Interesse Social (SAIS), entidades desenhadas para a realidade serrana, incluindo em sua organização não trabalhadores, mas antigas fazendas expropriadas e comunidades vizinhas a elas, redistribuindo-lhes os benefícios.

Conforme Mar e Mejía⁴⁰, embora a experiência da reforma agrária tenha sido relativamente bem sucedida no que tange à redistribuição de terras, o processo engendrou diversos novos problemas, como conflitos entre técnicos nomeados pelo governo e os trabalhadores das cooperativas agrárias de produção: enquanto os primeiros queriam decidir o que plantar e preocupavam-se em ampliar a produção, os segundos desejavam melhores condições de trabalho. Houve também confrontos entre as comunidades que perderam suas terras para as fazendas serranas e reivindicavam sua devolução, ocorrendo ocupações de terras, chamadas recuperações, mesmo que as comunidades não fossem mais titulares das terras que buscavam cultivar.⁴¹

Além do mais, a situação econômica das novas unidades produtivas foi-se deteriorando, pois dependia fundamentalmente de investimentos públicos e, após a crise de 1973, dinamizada pela alta dos preços do petróleo, o país não recebia mais aportes estrangeiros. Os gastos públicos tinham aumentado de maneira extremamente rápida, face ao crescimento do papel da burocracia, que agora controlava empresas estatais nos mais diversos ramos da economia, algo que também ocorreria no Brasil de Ernesto Geisel, sem discurso socializante. O propósito nacionalista, que procurava a maior autonomia do país nos mais variados ramos econômicos, acabava por ampliar o papel estatal, sem que houvesse recursos para tanto⁴².

⁴⁰ Mar, José Matos; Mejía, José Manuel (1980). Op. Cit, p. 198.

⁴¹ Os conflitos onde comunidades buscaram retomar as terras das Sociedades de Interesse Social atravessaram todo o período do governo de Velasco Alvarado. Ver por exemplo: *Voz Campesina*, Março de 1972, p. 15.

⁴² Contreras, Carlos; Cueto, Marcos (2007). Op. Cit, p. 235 e Pease, Frank (2005). *Breve Historia del Peru Contemporaneo*, México: Fondo de Cultura Económica, p. 347.

No plano político, o governo militar buscava contar com respaldo nos setores populares, e para isso criou o Sistema Nacional de Apoio à Mobilização Social (Sinamos), que no meio agrário estimulava a formação de sindicatos controlados pelo Estado. Estes sindicatos seriam a oposição à CCP, que continuava a organizar as ocupações de terras como na província de Andahuaylas, departamento de Apurímac, em 1974, onde a reforma agrária paralisada por antigos proprietários, que agora eram funcionários do escritório de reforma agrária, seria efetivada a partir das ações da CCP.⁴³ Além disso, o governo militar dissolveu a tradicional Sociedade Nacional Agrária e criou a Confederación Nacional Agraria (CNA), que englobava os novos beneficiários da reforma, mas também poderia incorporar pequenos e médios proprietários.

A crise econômica enunciada a cima debilitou rapidamente o poder do grupo liderado pelo general Velasco Alvarado, líder do golpe militar de 1968. Segundo Cueto e Contreras⁴⁴, o governo militar cindiu-se em duas facções: a Missão, de corte mais conservador, pregava o retorno a um padrão liberal de economia; enquanto setores mais à esquerda sustinham a necessidade de um controle maior da economia pelo Estado. As violentas manifestações de fevereiro de 1975 contribuíram para o isolamento de Alvarado, que foi deposto em agosto daquele ano.

Embora o novo governo chefiado pelo ministro de economia General Francisco Morales Bermúdez acelerasse a reforma agrária em 1976, no ano seguinte o processo seria paralisado. O governo, em meio à crise econômica e a uma greve geral, anuncia o fim do Plan Inca (nome dado ao plano governamental, que garantiria a reforma agrária e o processo estatizante) e a implantação do Plan Tupac Amarú. Hora de buscar investimentos estrangeiros e, no plano político, organizar uma saída de cena dos militares em ordem. Assim, em 1978, o Sinamos, órgão marcado por um viés de esquerda nacionalista, era desativado. São realizadas eleições para uma assembleia constituinte, que no ano seguinte restaurou no país os princípios do sistema liberal, sem eliminar direitos trabalhistas e a reforma agrária⁴⁵.

⁴³ Rénique, José Luiz (2004). *La Batalla por Puno: Conflictos Agrarios y Nación en los Andes Peruanos, 1866-1995*. Lima: Cepes/Sur, p. 186.

⁴⁴ Contreras, Carlos; Cueto, Marcos (2007). Op. Cit, p. 331.

⁴⁵ Pease, Frank (2005). Op. Cit, p. 341.

Nesse momento, a Confederación Campesina del Perú, que sofrera forte repressão e mesmo divisões internas⁴⁶, voltava a ganhar prestígio ao protestar contra a falta de apoio econômico ao setor reformado e participar de mobilizações inclusive junto a sindicatos ligados à oficial Confederación Nacional Agrária.⁴⁷

Se no Peru o processo de reforma agrária, assim como sua contenção, obedeceu a uma estratégia mais ampla em nível da burocracia civil-militar, que controlava o poder de Estado a partir de 1968, também no Brasil os embates em torno da aplicação do Estatuto da Terra estiveram ligados a duas estratégias distintas dentro e fora do aparelho burocrático. O grupo em torno de Roberto Campos e Castello Branco sustentara a reforma agrária não como um modelo socializante, como muitos de seus correspondentes peruanos defendiam, mas como um meio de levar o capitalismo ao campo a partir da criação de uma multidão de pequenos proprietários tecnificados. Contudo, um outro setor congregado em torno de Costa e Silva (ministro da guerra de Castello Branco) e Delfim Netto defendiam que seria contraproducente uma reforma agrária, pois o que seria necessário era tecnificar a grande propriedade rural e quanto aos que não tivessem acesso à terra, logo surgiria uma alternativa: a Amazônia⁴⁸.

Já em 1965 um decreto governamental excluía a desapropriação como principal forma para a arrecadação de terras para a reforma agrária, apondo a tributação como mecanismo essencial para obter terras. Para Paulo Assis Ribeiro, presidente do IBRA, uma tributação progressiva à propriedade não utilizada forçaria os proprietários a vender suas terras ao Estado. Para tanto seria necessário o cadastro, inclusive porque a

⁴⁶ Naquele momento três agrupações reivindicavam o nome de *Confederación Campesina del Perú*: uma de corte maoísta, mas que aceitava estabelecer o diálogo com outras entidades e participava de processos como a greve geral ou das eleições para a Assembléia Constituinte, sob liderança do futuro senador Andrés Luna Vargas; a segunda, de corte mais ortodoxo, sob a liderança de Saturnino Paredes, reivindicando uma reforma agrária posterior à Revolução Socialista; e ainda uma terceira organização, que deixou poucos vestígios de seu atuar, sob a liderança de Manuel Llamoya Mitmac. Todas essas cisões originaram-se do IV Congresso da entidade, realizado em 1973, em Encash, departamento de Eccash, no qual o grupo liderado por Luna Vargas abandonou o conclave, alegando razões de segurança, embora suas discordâncias com a linha ortodoxa de Paredes fiquem bem claras. Cf. "III Congreso de La Confederación Campesina del Perú", In *Voz Campesina*, 1972, p. 7-12, Lima, CCP, 1974. "IV Congreso de La Confederación Campesina Del Peru", Lima, CCP, 1974, p. 10-12.

⁴⁷ "Encuentro Del Frente único para El Desarrollo Agrário", 24 de Junho de 1981, In *Voz Campesina*, Fevereiro de 1981, p. 4.

⁴⁸ Sales, Carmem Lucia Gomes de (2008). Op. Cit, p. 204.

determinação do que fosse latifúndio dependia da especificação do módulo fiscal da região.⁴⁹

José Gomes da Silva⁵⁰ não economiza adjetivos para criticar a atuação do IBRA nos primeiros anos do governo militar. O IBRA era a “*desorganização organizada*”, com muito gasto nos intermináveis cadastros, muito desperdício e apenas mil famílias assentadas em cinco anos de trabalho. Além do mais o órgão fora objeto de uma CPI em 1967 e de uma intervenção comandada pelo general Luiz Carlos Tourinho em 1968, quando se constatariam várias irregularidades⁵¹.

Com a posse de Costa e Silva, o discurso governamental em torno da reforma agrária começa progressivamente a ser abandonado. Sales⁵² recorda que mesmo a prestação de contas governamental nas mensagens ao congresso não faz mais referências às medidas tomadas em relação à reforma agrária, ainda que os princípios do Estatuto da Terra fossem inscritos na Constituição outorgada ao país em 1967.

Delfim Netto, agora ministro da Fazenda, considerava inócuo realizar uma reforma agrária, já que se podia tecnificar uma quantidade menor de proprietários já estabelecidos. Começam também os incentivos fiscais para investimentos na Amazônia e no Centro-oeste.

O discurso em torno da Amazônia seria intensificado com a ascensão de Emílio Médici em 1969. Terras sem homens para homens sem terra, cantava a propaganda oficial. Tratava-se, afirmava o governo, de se resolver dois problemas: retirar o excesso populacional do Nordeste assolado pela seca, e ocupar a Amazônia sob o lema “*integrar para não entregar*”.⁵³

⁴⁹ Módulo fiscal era o tamanho médio de uma propriedade calculado a partir das características geográficas, físicas, econômicas etc. de uma determinada zona agrária. Cf. Silva, José Gomes da (1971). *A Reforma Agrária no Brasil: Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento?* Rio de Janeiro: Zahar. P. 122.

⁵⁰ *Ibidem*.

⁵¹ *Ibidem*, p. 141-144.

⁵² Sales, Carmem Lucia Gomes de (2008). *Op. Cit.*, p. 197.

⁵³ A ideia de colonizar a Amazônia remontava ao período do Estado Novo, com o discurso de Marcha para o Oeste, quando pregava-se o deslocamento de populações nordestinas para o Centro-Oeste e a Amazônia

Entretanto, enquanto o governo ia abandonando o discurso em torno da reforma agrária numa “*revogação tácita do Estatuto da Terra*”⁵⁴, outro ator ainda insistia na necessidade de seu cumprimento. Após a repressão dos primeiros tempos, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) realizava seu primeiro congresso em 1966 e, sob José Rota, ligado aos círculos católicos de São Paulo, começava a pregar o cumprimento do estatuto. No ano seguinte, face à ascensão de José Francisco da Silva, de Pernambuco, aliado a lideranças do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, começava a intensificar a propaganda em favor do cumprimento da lei.

Durante o governo Costa e Silva, o jogo no interior da burocracia militar ainda não parecia terminado. O então ministro do Interior, general Afonso de Albuquerque Lima, que disputaria com Médici nos bastidores a indicação para a sucessão do combalido Costa, defendia publicamente a realização de uma reforma agrária. Em 1968 era criado o Gera (Grupo Executivo da Reforma Agrária), que, subordinando o IBRA sob o interventor general Carlos Morais, propunha a declaração de áreas prioritárias onde dever-se-ia decretar desapropriações face aos conflitos pela posse da terra. Mesmo setores da Igreja Católica, tão importantes na deposição de Jango, começavam a exigir do governo a realização da reforma⁵⁵.

As lutas internas ao aparelho militar podem ter resultado na decretação do Ato Institucional número 9, que retirava a palavra prévia da indenização nos casos de desapropriação e do decreto-lei 582 que determinava o prazo de setenta e duas horas para que a justiça realizasse a imissão da União na posse do bem expropriado⁵⁶. Contudo, poucas semanas depois, Albuquerque Lima seria substituído no Ministério do Interior por outro general, Costa Cavalcanti, que tinha uma concepção de reforma agrária muito mais afinada com a de Delfim Netto. Para o militar pernambucano, reforma agrária era aperfeiçoamento da produção, desenvolvimento técnico, sem alteração na estrutura fundiária.

nos trabalhos da extração do látex. Cf. Lenharo, Alcir (1984). *Trabalho e colonização no Brasil. Nordeste, Amazônia, Centro-Oeste*, Campinas: Papirus. p. 42 e Velho, Otávio Guilherme (1979). *Capitalismo Autoritário e Campesinato*, Petrópolis: Vozes.

⁵⁴ Martins, José de Souza (1984). Op. Cit, p. 75.

⁵⁵ Silva, José Gomes da (1971). Op. Cit, p.167.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 145.

Os líderes da CONTAG continuariam a pregação reformista utilizando-se das estratégias legais permitidas naquele momento. Conforme Medeiros⁵⁷, um memorial enviado a Médici em 1970 lembrava que os discursos do presidente, do Papa, a constituição e o Estatuto garantiam a realização de uma reforma agrária, nada tendo esta de subversivo. Além disso no dia a dia, os advogados da CONTAG e de federações como a do Rio de Janeiro buscavam impedir os despejos que se multiplicavam por todo país face à modernização da agricultura.

As estratégias variavam, procurando caracterizar em muitos casos o parceiro ou arrendatário como posseiro e, quando possível, qualificar como grileiro o pretense proprietário. A grilagem, aliás, se multiplicava, pois a cada nova estrada, como a Rio-Santos apareciam pseudoproprietários procurando expulsar os que cultivavam as terras. Conforme uma advogada da CONTAG, muitas vezes o recurso era protelar ao máximo o processo a fim de impedir a expulsão e tornar a indenização por benfeitorias cara para o proprietário. O precário tornava-se meio de sobrevivência, enquanto os sindicalistas andavam na busca de garantias de permanência na terra⁵⁸.

À guisa de comparação, observemos que enquanto nesse momento, no Brasil, a luta era desencadeada nos marcos estritos da legalidade da ditadura militar, os camponeses peruanos que tinham sido mobilizados não só por suas entidades, mas pelo próprio discurso de Alvarado, podiam esgrimir outras bandeiras. No Peru, uma das reivindicações da Confederación Campesina, formulada especialmente nos momentos de ocupação de terra, era que os camponeses não tivessem que pagar pela terra nos projetos de reforma agrária, já que a mesma lhes fora arrebatada pelos fazendeiros.⁵⁹

Enquanto no Sul e Sudeste do Brasil os conflitos multiplicavam-se, as previsões de Caio Prado Junior concretizavam-se na Amazônia. O autor de *Formação do Brasil Contemporâneo* afirmava, nos anos quarenta, que colonizar em áreas distantes dos mercados consumidores e sem apoio técnico aos camponeses, apenas ampliaria o raio

⁵⁷ Medeiros, Leonilde Sérvulo (1989). Op. Cit, p. 117.

⁵⁸ Cf. Barcelos, Fernando (2008). *Sindicalismo e Luta pela Terra no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrário, dissertação de mestrado. p. 147.

⁵⁹ “Campeños no pagarán por la Tierra”. *Voz Campesina*, Novembro de 1972, 4-5.

de ação do latifúndio⁶⁰. Era exatamente o que ocorria sob o impacto da construção de rodovias como a Transamazônica e Cuiabá-Santarém. Os posseiros recém-chegados mal realizavam o desmatamento, recebiam a visita de grileiros com jagunços e policiais para expulsá-los da terra. Nesse contexto, o setor progressista da Igreja Católica sob dom Pedro Casaldaglia pregava a necessidade da reforma agrária e do atendimento às reivindicações dos posseiros⁶¹. A situação agravou-se face à eclosão da guerrilha do Araguaia. No sul do Pará, os guerrilheiros do Partido Comunista do Brasil buscaram o apoio de posseiros, que lutavam contra grileiros, para fazer da região, o foco inicial da revolução socialista.

A guerrilha fora derrotada, mas agora o temor de uma região pouco povoada assustava o setor militar, pois nada garantia que não surgisse uma nova guerrilha do Araguaia. Assim o Conselho de Segurança Nacional literalmente legalizou milhares de hectares de terras sob o argumento de que “*se os empresários conseguiram estes títulos de forma equivocada, já repararam seu erro, levando o progresso à região*”⁶².

Dez anos após a promulgação do Estatuto da Terra, um relatório do Serviço Nacional de Informações enviado a Geisel reconhecia a extrema morosidade na aplicação do Estatuto da Terra e do Programa de Apoio à Redistribuição de Terras no Norte e Nordeste (Proterra), entendendo que seria um foco de tensão, que atravessaria todo o governo. De fato, a ligação entre Igreja progressista e movimentos rurais é preocupação constante manifesta nesses relatórios.⁶³

Esta preocupação, contudo não mudaria a atitude da burocracia estatal e o crescimento dos conflitos no campo, levaria à formação da Comissão Pastoral da Terra, em 1975. Se no Peru a Igreja estivera relativamente favorável ao governo de Velasco Alvarado⁶⁴, no Brasil a Igreja católica em boa medida deixava o governo. Para Romano⁶⁵,

⁶⁰ Lenharo, Alcir (1984). Op. Cit, p. 42.

⁶¹ Medeiros, Leonilde Sérvulo (1989). Op. Cit, p. 110.

⁶² Martins, José de Souza (1984). Op. Cit, p. 53.

⁶³ Arquivo Ernesto Geisel – CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. EG- 1974-03-25.

⁶⁴ Iokoi, Zilda Márcia Gricole (1996). *Igreja e Camponeses. Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo – Brasil e Peru, 1964-1986*, São Paulo: HUCITEC, p. 172.

⁶⁵ Romano, Roberto (1986). *Brasil: Igreja Contra Estado*, Campinas: UNICAMP, p. 117.

tal fato dava-se também em virtude de o governo Geisel não valorizar tanto o papel da Igreja Católica como “mater” e “magistra”, permitindo, por exemplo, a aprovação do divórcio pelo congresso em seu governo, dispondo o presidente de condições legais para impedi-la. É certo que havia outros pontos de tensão: as questões ligadas ao meio agrário eram importantes, além dos problemas ligados aos direitos humanos. Assim, o apoio ao regime militar ia se esvaindo no seio da Igreja Católica.

Revogado o Ato Institucional Número 5 e empossado o general Figueiredo, antigo diretor do serviço de informações, o país ingressaria numa fase de abertura lenta e gradual. A questão agrária voltaria à ordem do dia. No Brasil, volta-se a discutir o estatuto da Terra. No Peru, aparentemente redemocratizado, com a volta de Belaunde Terry ao poder, tratava-se de discutir o que fazer da reforma agrária do regime militar.

Terra e Democracia: a Problemática Agrária nos Contextos de Abertura e Redemocratização

No Peru, o governo de Belaunde, embora não desmontasse a estrutura agrária herdada do regime militar, revertendo a reforma agrária, procurou criar mecanismo de estímulo ao investimento privado. O Decreto Supremo Dois, de 17 de novembro, permitia a participação do capital estrangeiro em projetos de exploração florestal, além da participação de capital estrangeiro associado às empresas estatais para a comercialização dos produtos no exterior. Num país que por mais de uma década fora marcado pelo nacionalismo, esta medida fora vista pelo setor ligado às Confederações tanto camponesa como agrária, como mais uma concessão ao imperialismo, principalmente no que diz respeito à CCP⁶⁶. Porém, o que mais marcou o governo Belaunde foi sua inação no que diz respeito às cooperativas agrárias. Estas, conforme Cueto e Contreras⁶⁷, ficariam praticamente abandonadas à própria sorte sem investimentos públicos num contexto de alta inflação e carência de capitais.

Entretanto, as tensões na nação vizinha ainda se agravariam por outro fator: um movimento de cunho maoísta, gestado em universidades e que se desenvolvera no pobre

[Mari & Vi1] Comentário: AI 5 não foi revogado com Geisel?! A abertura não começou com ele? Conferir...

⁶⁶ Vargas, Andrés Luna (1981). *La CCP frente a la ley de Promoción y desarrollo agrario*, Lima: CCP. p. 4.

⁶⁷ Contreras, Carlos; Cueto, Marcos (2007). Op. Cit, p. 321.

departamento de Ayacucho realizaria sua primeira ação espetacular em 1980, queimando milhares de urnas no dia das eleições. Partido Comunista del Peru por el Sendero Luminoso, de José Carlos Mariátegui, sob o líder Abmayel Gusmán, caracterizava o país como uma pequena China anterior a Mao, marcada pela feudalidade e pela exclusão da massa indígena. O campo deveria cercar a cidade. De acordo com Rénique⁶⁸, o movimento buscava o campesinato como base de massa e seus principais adversários, num primeiro momento, não seriam próceres da direita, mas lideranças de esquerda, como os da CCP.

Conforme Iokoy⁶⁹, haveria três regiões de forte implantação da CCP aliada à igreja católica no início dos anos oitenta no Peru: Cuzco, Puno e Cajamarca. Em Cuzco, o objetivo principal era barrar o crescimento senderista, impedindo que estes conquistassem corações e mentes para sua causa. Em Puno, as lutas da CCP não se restringiram ao enfrentamento ao Sendero. De um lado, organizava-se a federação departamental de sindicatos camponeses, que buscava lutar por recursos governamentais contra a seca, as enchentes e tentar ampliar o crédito agrário. Mais ainda: muitas comunidades haviam ficado excluídas do processo de reforma agrária. As antigas SAIS eram pouco cultivadas e muitos nas comunidades reclamavam o acesso à terra. Quando Alén García, sucessor de Terry anunciou a expropriação de terras das SAIS (Sociedades Agrícolas de Interesse Social) para entregá-las às comunidades, a mobilização camponesa ganhou vulto. Em 1987, ocorreriam ocupações de diversas SAIS sem contar com a resistência dos ocupantes das mesmas⁷⁰.

Finalmente, em Cajamarca, a Igreja colaboraria na organização das rondas camponesas, espécie de milícias locais, que tanto combatiam a insurgência senderista, como se opunham a delinquência comum⁷¹. Não é demais salientar que a resistência ao Sendero Luminoso viria não tanto das forças de segurança que tiveram enormes dificuldades para combatê-los face a seu despreparo e violência indiscriminada nas regiões onde atuavam. A resistência brotaria exatamente do meio agrário, começando

⁶⁸ Rénique, José Luiz (2004). Op. Cit, p. 219.

⁶⁹ Iokoi, Zilda Márcia Gricole (1996). Op. Cit, p. 180.

⁷⁰ Iokoi, Zilda Márcia Gricole (1996). Op. Cit, p. 187 e Rénique, José Luiz (2004). Op. Cit, p. 238.

⁷¹ Ibidem, p. 201.

com uma ação em Lucanamarca onde oito senderistas foram mortos por camponeses no início de 1983. A reação senderista foi o massacre de sessenta e nove homens, mulheres e crianças, mas a partir dali a resistência camponesa ao Sendero paulatinamente ganharia proporção até que conseguissem o apoio das Forças Armadas, antes temerosas em sustentar a luta via camponeses.⁷²

Quanto à reforma agrária peruana, ela não seria revertida, mas, sem o estímulo estatal, a tendência nas cooperativas foi o fracionamento da terra, tornando a produtividade extremamente baixa. Vale salientar que, à falta de investimento público, somavam-se as intempéries climáticas do início dos anos oitenta (secas, enchentes), a inflação, que a partir do governo Alán García disparou, e a guerrilha senderista, que no meio rural buscava desconectar o camponês da cidade.⁷³

Rapidamente, apesar dos pedidos de dirigentes da Confederación Campesina del Perú, as cooperativas foram-se desagregando e as terras foram parceladas, chegando-se a criar, em 1985, a Asociación Nacional de Parcelarios (ANAPA). A crise não possibilitou no Peru a unificação das lutas camponesas, ainda que CCP e CNA tentassem organizar ao lado de entidades de pequenos produtores tecnificados, como a Organización Nacional Agraria, um Consejo de Unidad Nacional Agraria. A reforma agrária não se revertia, mas padecia de inanição⁷⁴.

Enquanto isso, no Brasil, o governo Figueiredo assumia o poder sob o impacto das mobilizações de fim do período autoritário. Nas cidades, as greves dos operários do ABC paulista, de funcionários públicos e de outras categorias. No campo, o Terceiro Congresso da CONTAG revigorava a luta pelo cumprimento do Estatuto da Terra. Agora não era pedir, mas exigir, como recorda Barcelos⁷⁵. Desta maneira, as lutas no meio

⁷² A resistência camponesa ao Sendero, de acordo com os estudos existentes, deve-se ao fato de as zonas por eles controladas tornarem-se autênticas aldeias estratégicas como no Vietnã, posto que os camponeses a elas submetidos não podiam deixar a comunidade. Cf. "Comisión de La Verdad y Reconciliación", Lima, CVR, Tomo II, P: 345-352). Cf. também: Gorrite, Gustavo (2008). *Sendero: Historia de la Guerra Milenaria en el Perú*, Lima: Editorial Planeta, p. 256 e Roncagliolo, Santiago (2007). *La Cuarta Espada: La Historia de Abimael Guzmán y Sendero Luminoso*, Buenos Aires: Debate, p. 315.

⁷³ Contreras, Carlos; Cueto, Marcos (2007). Op. Cit, p. 345.

⁷⁴ Moreno, Julio Alfaro (1994). *Los Gremios Rurales: Rol de las Organizaciones rurales en la década de los noventa*, Lima: Fundación Friedrich Hebert, p.49 e Salgado, Carlos Monge (1989). Op. Cit, p. 14.

⁷⁵ Barcelos, Fernando (2008). Op. Cit, p. 192.

[Mari & Vi2] Comentário: Não seria Alan García, que inclusive é o atual presidente peruano?

agrário ganhavam outra dimensão. Em Pernambuco, os sindicalistas retomavam as greves, enquanto no Acre os seringueiros buscavam impedir a transformação dos seringais em projetos pecuários.

No Rio Grande do Sul, um ator não convidado para o Estatuto da Terra entrava em cena: o diploma legal fora pensado para incorporar principalmente parceiros e arrendatários. O processo de modernização da agricultura nos anos setenta, feito muito à base de incentivos fiscais do governo federal, possibilitou o crescimento do boia-fria, o camponês que trabalha sempre temporariamente sem estar fixado à terra. No Rio Grande do Sul, apoiados pela Pastoral da Terra, os “sem terra”, como se denominavam, acamparam na Encruzilhada Natalino, exigindo glebas. O governo procurou cooptar e reprimir. Acenava com terras em Mato Grosso e na Bahia, mas enviava o tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura, o “Major Curió”, que combatera a guerrilha do Araguaia, tentara controlar sindicatos rurais e organizara o garimpo de Serra Pelada. O militar rumou para o Sul, na tentativa de intimidar os acampados. O problema gaúcho seria resolvido com a compra pelo estado de uma fazenda, mas a questão agrária aparecia como explosiva.

Do Rio Grande do Sul, o movimento chegou a Santa Catarina, Paraná e mesmo São Paulo. A linha legalista da CONTAG era agora considerada ultrapassada e mesmo o Estatuto da Terra superado. Sob o lema “Ocupar, Resistir e Produzir”, os sem terra desvinculam-se da Comissão Pastoral, em 1984, e criam o Movimento dos Sem Terra, com a mística, que uniria o político ao religioso. “Terra dom de Deus, terra de irmãos”, cantava uma Campanha da Fraternidade dos anos oitenta. Conforme Barcelos⁷⁶, procurava-se diferenciar “terra de trabalho” de “terra para especulação”, valorizando-se ao máximo a primeira.

Enquanto os movimentos por reforma agrária retomavam a antiga magnitude, o governo anunciava a maior reforma agrária do mundo, na expressão do novamente ministro Delfim Netto, mas isso significava apenas titular terras em áreas de extrema tensão, como a região do Araguaia. Ao mesmo tempo, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) enredava-se em denúncias de grilagem em

⁷⁶ Ibidem, p. 217.

Rondônia e outras regiões⁷⁷. A questão agrária, vista como foco de conflitos que ainda poderiam redundar em revolução, é militarizada, no dizer de José de Souza Martins, pois o ministério de Assuntos Fundiários, criado em 1982, é entregue ao general Danilo Venturini, membro do Conselho de Segurança Nacional.

A reforma agrária ganhou o discurso eleitoral nas disputas para governos estaduais e Congresso Nacional de 1982 e nas campanhas pelas eleições diretas, em 1984. No ano seguinte, a eleição de Tancredo Neves e a posse de José Sarney trouxeram o tema para o centro do cenário político. José Gomes da Silva era agora o presidente do INCRA,⁷⁸ o Estatuto da Terra parecia que ia ser aplicado. O plano Nacional de Reforma Agrária foi anunciado em maio de 1985. O Movimento dos Sem Terra realizava ocupações em vários estados e tudo indicava que o setor latifundista estava socialmente isolado.

Contudo, um mês depois era anunciada a criação da União Democrática Ruralista (UDR), sob a liderança de Ronaldo Caiado. Com seus leilões de programa de gado geral, a entidade arrecadava fundos para o combate à reforma agrária, enquanto multiplicavam-se pelo país, especialmente em estados como Pará, Goiás e Maranhão, as denúncias do envolvimento de membros da mesma com o assassinato de padres, bispos e outros apoiadores da reforma agrária.

O plano não garantia a desapropriação de terras como principal mecanismo de obtenção das mesmas e José Gomes deixou o INCRA. Na Constituinte de 87-88, a voz da UDR se fez ouvir. Conforme Medeiros⁷⁹, a reação vinha não do tradicional latifúndio, mas do empresariado paulista, que conseguira terras quase de graça na Amazônia. Na Constituição, embora se use a expressão terra improdutiva, cancelava-se o módulo fiscal previsto no Estatuto da Terra. Ao final dos trabalhos, o então deputado Luiz Inácio Lula da Silva teria afirmado que não se conseguira produzir um documento melhor que o diploma do regime militar.

⁷⁷ Santana, Jerônimo (1981). *A Grilagem do INCRA em Rondônia*, Brasília: Câmara dos Deputados. p. 38.

⁷⁸ O Ibra e o Inda foram fundidos em 1970 num único órgão: o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Cf: Ribeiro, Vanderlei Vazelesk (2005). Verbetes "IBRA" e "INCRA" In Motta, Márcia (org) (2005). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro, Record.

⁷⁹ Medeiros, Leonilde Sérvulo (1989). Op. Cit, p. 187.

Considerações Finais

Comparar é sempre um trabalho difícil, ainda mais quando lidamos com realidades tão distintas. O Peru, dividido geograficamente em Costa, Serra e Selva e etnicamente entre uma população branca predominante na costa e indígena na serra, nos oferece um panorama bastante diverso daquele encontrado em nosso país.

Contudo, percebemos neste trabalho alguns pontos de convergência: em ambos os casos setores das burocracias militares perceberam a questão agrária como potencialmente desestabilizadora e procuraram vencer os movimentos camponeses no seu próprio terreno, realizando a reforma agrária, arrancando de passagem uma bandeira historicamente esquerdista. Procuraram também impor a legislação a partir do peso de regimes autoritários.

As coincidências entretanto se detêm aqui: no Peru uma oligarquia agrária enfraquecida econômica e politicamente viu-se obrigada a aceitar a imposição de uma lei que não gostaria de ver aplicada nem em seus piores pesadelos. Certo que se garantia indenização das benfeitorias em dinheiro, certo também que foi possível resistir passivamente destruindo a maquinaria, mas ver os antigos índios serranos ocuparem a condição (mais simbólica que real) de proprietários era mais do que poderiam aceitar.

No Brasil, onde o golpe militar não foi uma ação quase exclusiva do meio castrense e onde as oligarquias regionais muito tinham colaborado para a ascensão do regime, a situação era outra. Foi viável a resistência à burocracia estatal, fosse na imprensa, via entidades representativas, fosse no parlamento. Aprovado o estatuto, foi a hora de amparar as oposições internas a Castello Branco e colher os frutos do plantio na administração Costa e Silva.

Também quanto aos camponeses a situação era distinta: no Peru, já mobilizados pelo discurso oficial, foi o momento de aproveitar a brecha e cobrar mais do que o Estado estava disposto ou podia conceder. Daí as greves nas fazendas açucareiras e as ocupações nas zonas serranas, mesmo depois da reforma agrária. Isso não quer dizer que não houvesse repressão no Peru, como mostram as prisões em Andahuaylas, mas o discurso oficial e o estímulo à sindicalização tornavam as condições organizativas mais palatáveis para os camponeses peruanos.

No Brasil, no contexto repressivo do pós-golpe militar, a saída foi, durante os primeiros anos, ter uma conduta extremamente legalista. Posteriormente, a atuação sindical oficial seria ultrapassada pela Pastoral da Terra, mas durante o período mais difícil da ditadura militar seria fundamental para manter a ideia de reforma agrária em voga.

Finalmente, no contexto de abertura política, os movimentos camponeses continuariam exprimindo suas reivindicações. Aqui, a reforma agrária; no Peru, ainda a luta pela terra em algumas regiões e o apoio ao setor reformado em outras. Desta forma, podemos perceber que se o objetivo dos planejadores ligados às respectivas burocracias militares era conter movimentos de trabalhadores via legislação, de acordo com as condições vigentes em cada país, tal objetivo esteve longe de ser alcançado. No Brasil, os movimentos rurais seriam os mais atuantes mesmo nos momentos de maior repressão e, no Peru, a Reforma Velasquista não significou a paralisia dos movimentos reivindicatórios camponeses, contribuindo em verdade para sua maior ativação. Quando chegou o momento das aberturas políticas, os trabalhadores do campo, ainda que não atendidos, eram setores a ser considerados, fosse no cálculo dos planejadores militares, que se retiravam, fosse nas avaliações dos que se candidatavam a sucedê-los.

Referências Bibliográficas

Ayerb, Luiz Fernando (2003). *A Revolução Cubana*, São Paulo: UNESP.

Barcelos, Fernando (2008). *Sindicalismo e Luta pela Terra no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrário, dissertação de Mestrado.

Burenus, Charlot (2001). *Testemuño de um Fracaso: Habla El Sindicalista Zózimo Torres*, Lima: Desco.

Castro, Celso (1995). *Visões do Golpe Memória Militar sobre 1964*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. [V.I.].

Barrantes, Roxana (2008). "Una Reflexión sobre La Seguridad Jurídica y los Incentivos a la Inversión privada a Partir de La Reforma Agrária Peruana". In Vegas de Cáceres, Ileana (2008). *A 38 Años de La Reforma Agrária*, Lima: Fund Manuel J. Bustamante de La Fuente.

- Contreras, Carlos; Cueto, Marcos (2007). *Historia del Peru Contemporaneo: Desde las luchas por la Independencia hasta el Presente*, Lima: Instituto de Estudios Peruanos.
- Comisión de La Verdad Y Reconciliación (2003). Informe Final, Lima, CVR.
- Cotler, Julio (2006). *Peru: Estado, Classe e Nação*, Brasília: Terceira Edição Fundação Alexandre Gusmão.
- Dezemone, Marcus (2008). *Do Cativo à Reforma Agrária: Colonato, Direitos e Conflitos (1872-1987)*, Niterói, UFF, tese de doutorado.
- Demelas, Marie Danielle (2003). "Estado y Actores Colectivos: El Caso de Los Andes". In: Anino, Antonio; Guerra, François Javier (2003). *Inventando La Nación*, México: Fondo de Cultura Económica.
- Dreifus, René Armand (1981). *1964: A Conquista do Estado*, Petrópolis: Vozes.
- García, Hanry Pease (1986). *El Ocaso Del Poder Oligárquico*, Lima: Desco.
- Gorrite, Gustavo (2008). *Sendero: Historia de La Guerra Milenária em El Peru*, Lima: Editorial Planeta.
- Iokoi, Zilda Márcia Gricole (1996). *Igreja e Camponeses. Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo – Brasil e Peru, 1964-1986*, São Paulo: HUCITEC.
- Landin, Regina Ângela Bruno (1995). "Estatuto da Terra: Entre a Conciliação e o Confronto". In: *Revista Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: UFRRJ.
- Lenharo, Alcir (1984). *Trabalho e colonização no Brasil. Nordeste, Amazônia, Centro-Oeste*, Campinas: Papirus.
- Mar, José Matos; Mejía, José Manuel (1980). *La Reforma Agrária en el Peru*, Lima: Instituto de Estudios Peruanos.
- Martins, José de Souza (1984). *A Militarização da Questão Agrária*, Petrópolis: Vozes.
- Matos-MAR, José; Megía José Manuel (1980). *La Reforma Agrária en el Peru*, Lima: Instituto de Estudios Peruanos.
- Medeiros, Leonilde Sérvulo (1989). *História dos Movimentos Sociais no Campo*, Rio de Janeiro: Fase.
- Medrano, Eduardo Toche (2008). *Guerra Y Democracia. Los Militares Peruanos y La Construcción Nacional*, Lima: Desco-clacso.
- Moreno, Julio Alfaro (1994) *Los Gremios Rurales: Rol de las Organizaciones rurales em la década de los noventa*, Lima: Fundación Friedrich Hebert.
- Motta, Marcia Maria Menendes (2001). *Nas Fronteiras do Poder*, 2ª Ed., Rio de Janeiro: Record.

Otero, Luis Gamarra. "Un Testemuño Personal". In Vegas de Cáceres Ileana (2008). *A 38 Años de La Reforma Agraria*, Lima: Fund Manuel J. Bustamante de La Fuente.

Pease, Frank (2005). *Breve Historia del Peru Contemporáneo*, México: Fondo de Cultura Económica.

Pecequilo, Cristina Soriano (2003). *Política Externa dos Estados Unidos: Continuidade ou Mudança?*, Porto Alegre: UFRGS.

Ramos, Carolina (2006). *Sindicato Patronal Rural e Reforma Agrária no Brasil: uma análise da atuação da Confederação Nacional de Agricultura frente às políticas governamentais voltadas para a questão fundiária (1961-1970)*, Niterói: UFF, Dissertação de Mestrado.

Rénique, José Luiz (2004). *La Batalla por Puno: Conflictos Agrarios y Nación en los Andes Peruanos, 1866-1995*. Lima: Cepes/Sur.

Ribeiro, Vanderlei Vazelesk (2008). *Cuestiones Agrárias en el Varguismo y El Peronismo*, Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes.

_____. "IBRA" In Motta, Marcia (org) (2005). *Dicionário da Terra*, Rio de Janeiro: Record.

Rolemberg, Denize (2001). *O Apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil: o Treinamento Guerrilheiro*, Rio de Janeiro: Mauad.

Romano, Roberto (1986). *Brasil: Igreja Contra Estado*, Campinas: UNICAMP.

Roncagliolo, Santiago (2007). *La Cuarta Espada: La Historia de Abimael Gusmán y Sendero Luminoso*, Buenos Aires: Debate.

Sales, Carmem Lucia Gomes de (2008). *Estatuto da Terra: Origem e (Des)caminhos da Proposta de Reforma Agrária nos Governos Militares*, Assis: UNESP, tese de Doutorado.

Santana, Jerônimo (1981). *A Grilagem do INCRA em Rondônia*, Brasília: Câmara dos Deputados.

Salgado, Carlos Monge (1989). *Agremiación en El Campo Peruano. La Historia de La Confederación Campesina*, Lima: Latin-American Studies Association.

Silva, José Gomes da (1971). *A Reforma Agrária no Brasil: Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento?* Rio de Janeiro: Zahar.

Starlin, Heloísa Maria Murgel (1985). *Os Novos Inconfidentes: os Senhores das Gerais*, Belo Horizonte: UFMG.

Vargas, Andrés Luna (1981). *La CCP frente A La ley de Promoción y desarrollo agrário*, Lima: CCP.

Velho, Otávio Guilherme (1979). *Capitalismo Autoritário e Campesinato*, Petrópolis: Vozes.